



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CURSO DE EXTENSÃO

Direito Empresarial: Falência e Recuperação Judicial sob a Luz das Alterações da Lei 14.112/2020

Coordenação: Agostinho Teixeira de Almeida Filho

Objetivo do curso: Atualização e aprimoramento dos profissionais do Direito e outras áreas.

Público-alvo: Profissionais do Direito, Advogados, Serventuários da Justiça e Estudantes.

INFORMAÇÕES

Início do curso: 26/09/2023

Previsão de término do curso: 05/12/2023

Horário: 18h às 20h (Terças-feiras e quintas-feiras)

Carga horária: 36h

Valor do Investimento: R\$ 540,00 ou em até 5x no Cartão de Crédito

Inscrições no site da EMERJ:

Até 24/09/2023 ou preenchimento das vagas

Prazo final para pagamento: **25/09/2023**

Documentação para inscrição:

Público em Geral: Identidade/CPF

Magistrado(a) TJ-RJ: Carteira Funcional

Ex-aluno(a) EMERJ: Certificado de Conclusão do Curso

Servidores/Colaboradores/Estagiários do TJERJ; Servidores Públicos Ativos nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal; Conciliadores e mediadores do TJERJ: Carteira Funcional/Contracheque

As aulas serão on-line pela Plataforma Zoom.

Importante:

- O participante **SOMENTE** terá direito ao certificado do curso, caso obtenha **75% DE FREQUÊNCIA** nas aulas, seja ao vivo, gravada ou de forma híbrida, até uma semana após o término do curso.

- As aulas gravadas e materiais de apoio, quando houver, ficarão disponíveis na plataforma virtual, até uma semana após o término do curso. Sendo este prazo irrevogável.

- Por se tratar de curso de curta duração, **NÃO HAVERÁ ABONO DE FALTAS**, sob qualquer hipótese.

PROGRAMAÇÃO*

*Programação sujeita a alteração.

**Direito Empresarial: Falência e Recuperação Judicial sob a Luz das Alterações da Lei
14.112/2020**

**Coordenação: Agostinho Teixeira de Almeida Filho
Carga horária: 36 h/a**

DATA	DIA DA SEMANA	HORÁRIO	TEMA DA AULA	PROFESSOR
26/09/2023	3	18:00/20:00	Plano de recuperação judicial; Prazo de apresentação; Tratamento dispensado aos credores; Subclasses de credores e credor colaborador; Questões controvertidas: limites de deságio, carência, parcelamento, correção e liberação de garantias.	Luis Felipe Salomão Flávio Galdino
03/10/2023	3	18:00/20:00	A petição inicial da recuperação judicial e seus requisitos subjetivos e objetivos; A constatação prévia ou perícia prévia; Possibilidade de litisconsórcio ativo na recuperação judicial – consolidação processual e substancial.	Daniel Carnio Costa (Juiz de Direito TJSP)
05/10/2023	5	18:00/20:00	Os procedimentos de conciliação e mediação, antecedentes e incidentais, instituídos pela nova lei.	Clarissa Somesom Tauk
10/10/2023	3	18:00/20:00	A Decisão de deferimento do processamento da recuperação judicial e seus efeitos; Créditos sujeitos à recuperação judicial – caso concreto: trava bancária; Atuação do Ministério Público; Prazos de direito material e de direito processual; Suspensão das ações e execuções.	Márcio Souza Guimaraes
17/10/2023	3	18:00/20:00	Definição de Processo Falimentar e Recuperação Judicial. Legitimados para o processo de Recuperação Judicial. Caracterização da falência sob a sistemática da Lei 14.112/20.	Luiz Roberto Ayoub
19/10/2023	5	18:00/20:00	Procedimento de verificação de créditos na recuperação judicial e na falência; Habilitações e divergências de crédito; Início da fase judicial de verificação de crédito; Impugnações de crédito; Procedimento para credores retardatários;	Mônica Maria Costa Di Piero
24/10/2023	3	18:00/20:00	Concessão da recuperação judicial e seus efeitos; Controle judicial do plano; Novação das obrigações – extinção das execuções, coobrigados e garantidores das obrigações novadas e formação de título executivo judicial; Sentença de encerramento.	Juliana Bumachar

26/10/2023	5	18:00/20:00	Nomeação do Administrador Judicial; Natureza jurídica; Funções; Atribuições; Importância para o processo recuperacional e falimentar; Critérios para escolha; Impedimentos; Remuneração; Termo de Compromisso; Substituição e destituição; Responsabilidade; Relatórios; Crimes Falimentares.	Bruno Galvão Souza Rezende
31/10/2023	3	18:00/20:00	Recuperação Judicial das Concessionárias de Serviço Público. Legitimidade, possibilidade e efeitos. Stay Period.	Flávio de Araújo Willeman
07/11/2023	3	18:00/20:00	Assembleia geral de credores; Natureza jurídica; Convocação; Requisitos para participação; Exercício do direito de voto; Contagem de votos; Quórum de deliberação; Abuso do direito de voto; <i>Cramdown</i> ; Aprovação do plano de recuperação judicial.	Luiz Roberto Ayoub
09/11/2023	5	18:00/20:00	Noções introdutórias sobre falência; Hipóteses de presunção de insolvência; Legitimidade para requerer a falência; Possibilidade de o Fisco requerer a falência; Procedimento; Petição inicial; Contestação; Depósito elisivo; Pedido incidental de recuperação judicial; Decretação da quebra; Procedimento da autofalência.	Juliana Bumachar
14/11/2023	3	18:00/20:00	Sentença falimentar; Efeitos da quebra em relação a pessoa do falido e seus bens; Juízo universal da falência; Inabilitação ao exercício da atividade empresária; Desapossamento dos bens; Direitos do falido; Deveres do falido; Arrecadação, avaliação, guarda e alienação dos bens; Rastreamento de ativos.	Giovana Farenzena
16/11/2023	5	18:00/20:00	Financiamento do devedor - DIP Financing e alienação na Recuperação Judicial	Juliana Loss de Andrade
21/11/2023	3	18:00/20:00	Habilitação de crédito na falência, Par conditio creditorum, Espécie e classificação de créditos na falência; Crédito fiscal; Pedido de restituição; Sentença de encerramento e extinção das obrigações do falido.	Paulo Penalva Santos
23/11/2023		18:00/20:00	A extensão dos efeitos da falência; A desconsideração da personalidade jurídica no processo falimentar; Declaração de ineficácia e ação revocatória.	Paulo Penalva Santos
28/11/2023	3	18:00/20:00	Insolvência Transnacional	Márcia Cunha Silva Araújo de Carvalho

30/11/2023	5	18:00/20:00	Medidas Cautelares Antecedentes ao Pedido de Recuperação Judicial. Cabimento e Requisitos.	Bruno Galvão Souza Rezende
05/12/2023	5	18:00/20:00	Análise de Casos Práticos	Ana Tereza Basílio

CORPO DOCENTE

Ministro do STJ Luis Felipe Salomão

Graduado em Direito pela UFRJ, possui Pós-Graduação em Direito Comercial. Foi Promotor de Justiça do Estado de São Paulo, Ministro do Tribunal Superior Eleitoral e Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral, Juiz Substituto, Titular da 2ª Vara Empresarial da Capital e Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Diretor-Presidente da Escola Nacional da Magistratura – AMB, Presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro, Secretário Geral da AMB - Associação dos Magistrados Brasileiros; permaneceu na função de Diretor da AMB, membro do Conselho Superior da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Enfam (biênio 2018-2020). Também exerceu a função de Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a presidência da 4ª Turma do STJ, biênio 08/2011 a 08/2013 e da 2ª Seção do STJ, biênio 08/2013 a 08/2015 e foi membro da Comissão de Documentação do STJ, onde presidiu a Comissão de Regimento Interno e foi Diretor da Revista do Superior Tribunal de Justiça. Atualmente é Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Des. Mônica Maria Costa Di Piero

Desembargadora com assento efetivo na 1ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro desde 11 de dezembro de 2006.

Juíza de Direito Clarissa Somesom Tauk

Juíza de direito do TJSP em exercício na 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo – SP. Doutoranda em direito empresarial pela Uninove.

Juiz de Direito Daniel Carnio Costa

Professor de Direito Comercial da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Pós-doutorando pela Universidade de Paris 1 - Pantheon/Sorbonne. Doutor em Direito pela PUCSP. Mestre em Direito pela FADISP. Juiz Titular da 1ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem de São Paulo/SP.

Juíza de Direito Giovana Farenzena

Juíza Titular da Vara Regional de Direito Empresarial da Comarca de Porto Alegre/RS. Integrante do Grupo de Trabalho do CNJ para melhoria do sistema de Recuperação Judicial e Falência (Portaria CNJ nº 199, de 30-09-2020). Cofundadora do Fórum Nacional dos Juizes de Competência Empresarial (FONAJEM), vinculado à Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Membro do Conselho de Relações Institucionais do TJRS. Integrante da Comissão Permanente de Estudos de Direito Falimentar e Recuperacional do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASPI). Diretora Regional do FONAJEM.

Profa. Dra. Ana Tereza Basílio

Bacharel em Direito pela Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro – UCAM em dezembro de 1989 e pós-graduada em Direito Norte-Americano pela Universidade de Wisconsin, foi sócia do Escritório Sergio Bermudes de 1990 a 1998, sócia internacional do Escritório Baker & McKenzie, responsável no Brasil pela área de contencioso cível e comercial, de julho de 2002 a dezembro de 2005, sócia do Escritório Andrade

e Fichtner, nas áreas de contencioso cível e comercial e arbitragem, de janeiro de 2006 a dezembro de 2008 e fundou o escritório Basilio Advogados em janeiro de 2009.

Prof. Dr. Bruno Galvão Souza Rezende

Administrador Judicial no Rio de Janeiro e em São Paulo. Sócio fundador da PRESERVA-AÇÃO ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL _ PSVAR. Professor; escritor de livros e artigos jurídicos; e palestrante nas mais várias instituições, em diferentes estados do Brasil e no Exterior. Membro do Grupo de Trabalho do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Consultor Qualificado externo do Deputado Federal Hugo Leal para redação do Substitutivo de Plenário ao P.L. 6.229/2005, que alterou a Lei de Falências e Recuperação de Empresas. Expositor na Câmara dos Deputados na audiência pública destinada a debater as modificações da Lei nº 11.101/2005. Presidente do IBAJUD – Instituto Brasileiro da Insolvência (2019/2020). Vice-presidente (2023/2024). Membro Consultor da Comissão Especial de Falências e Recuperação Judicial do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Profa. Dra. Juliana Loss de Andrade

Diretora Executiva da Câmara de Mediação e Arbitragem da Fundação Getulio Vargas (FGV). Coordenadora Técnica do Núcleo de Mediação da FGV. Coordenadora Executiva do Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário da FGV. Conselheira da OAB/RJ (2022-2024). Presidente da Comissão de Mediação e Métodos Consensuais da OAB/RJ. Doutora em Direito pela Universidad Carlos III de Madrid e pela Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Mestre em Direito Público pela Universidade Carlos III de Madrid (2011). Professora de Negociação, Mediação e Arbitragem. Membro do Instituto Alonso Martinez de Justiça e Litigância. Mediadora. Pesquisadora na área Justiça Digital, Tecnologia aplicada ao Direito, Soluções negociadas de conflitos com foco na seara empresarial. Experiência em projetos de mediação prévia e incidental em âmbito cível, empresarial e administrativo. Conselheira da ACRJ (Associação Comercial

Prof. Dr. Márcio Souza Guimaraes

Professor Visitante da Université Panthéon-Assas. Professor da Escola de Direito RIO da Fundação Getúlio Vargas de 1999 a 2023. Visitante da Harvard Law School, como professor da FGV, em 2011. Professor visitante da Universidade de Toulouse em 2011 e 2012. Max Schmidheiny Professor da Universidade de Saint Gallen (Suíça), em 2015. Guest Professor da Universidade de Saint Gallen (2016, 2017 e 2018). Doutor em Direito pela Université Toulouse 1 Capitole (Centre de Droit des Affaires), revalidado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Mestre em Direito Empresarial pela Universidade Cândido Mendes/RJ e Bacharel em Direito pela PUC/RJ - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1996. Acadêmico fundador da Academia Brasileira de Direito Civil. Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro de 3.11.1998 a 1.11.2017. Árbitro, Parecerista e Advogado.

Prof. Me. Flávio de Araújo Willeman

Procurador do Estado do Rio de Janeiro e Advogado sócio de Araujo Willeman, Vieira & Perseu Advogados Associados. Doutor em Direito, Instituições e Negócios na Universidade Federal Fluminense - UFF. Mestre em Direito pela Universidade Cândido Mendes.. Ex-Desembargador Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro (Biênio 2014/2016). Professor dos cursos de pós-graduação da FGV. Professor da EMERJ. Membro Fundador do Instituto de Direito Administrativo do Estado do Rio de Janeiro.IDAERJ. Autor dos livros: Responsabilidade Civil das Agências Reguladoras; editora Lumen Juris; e "Tópicos de Direito Administrativo" editora Lumen Juris. Temas de Direito Público (Estudos de Direito Constitucional e Administrativo). Lumen Juris, 2017.

Prof. Me. Flávio Galdino

Bacharel (1997), mestre (2002) e doutor (2008) em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor de Processo Civil da Faculdade de Direito da UERJ desde 2001, professor convidado em diversas escolas de direito. Membro efetivo eleito do Conselho da OAB/RJ desde 2006. Ex-Presidente da Comissão de Ensino Jurídico da OAB e membro de diversas bancas examinadoras de concursos públicos. Autor de vários livros e artigos publicados no Brasil e no exterior, citados por muitos Tribunais brasileiros, inclusive pelo Supremo Tribunal Federal. Especialista em direito brasileiro perante tribunais estrangeiros.

Prof. Me. Luiz Roberto Ayoub

Doutorando em Direito Econômico, Empresa, Relação de Consumo e seus Impactos, na Pós-graduação em Direitos, Instituições e Negócios da Universidade Federal Fluminense ? UFF (previsão de término: 2023). Possui graduação em Direito pela Universidade Estácio de Sá (1989) e mestrado em Direito Processual Civil pela Universidade Estácio de Sá (2002). É desembargador aposentado pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, professor aposentado de Direito Processual Civil da Escola de Direito da Fundação Getulio Vargas e da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, é sócio no escritório Paulo Cezar Pinheiro Carneiro Advogados Associados. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Processual Civil, atuando principalmente nos seguintes temas: novo código de processo civil e recuperação judicial de empresas.

Profa. Me. Márcia Cunha

Possui graduação (1980), Mestrado (2007) e Doutorado (2013) em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Atualmente é Assessora da Desembargadora Federal do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Previdenciário, atuando principalmente nos seguintes temas: Serviço Público, Negociação Coletiva de Trabalho, Direito do Trabalho e Saúde do Trabalhador.

Profa. Me. Juliana Bumachar

Sócia líder na Bumachar Advogados Associados. Professora de Direito Empresarial. Professora Convidada da Pós-Graduação Lato Sensu da FGV Direito Rio. Conselheira Federal da OAB representante do Estado do Rio de Janeiro. Presidente da Comissão Especial de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência da OAB/RJ. Vice Presidente do TMA Brasil. Membro do Núcleo de Estudos em Direito.

Prof. Esp. Paulo Penalva Santos

Pós-graduado em Direito Empresarial pelo Instituto de Direito Público e Ciência Política da FGV. Bacharel em Direito pela UERJ. Conferencista da EMERJ. Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Professor convidado do LL.M. em Direito Societário e Mercado de Capitais do FGV Law Program.